

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)**

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados a base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na Europa, Ásia, África e América Central.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 20 de janeiro de 2015, a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Para fins de melhor apresentação, foram efetuadas no Passivo Circulante e na Demonstração de Resultado, comparativos, as seguintes reclassificações:

Controladora

Do Grupo	Para o Grupo	Valor
Despesas Financeiras	Receitas Financeiras	464

Consolidado

Do Grupo	Para o Grupo	Valor
Fornecedores	Outras Contas a Pagar	2.126
Despesas de Administração	Outras Despesas Operacionais	505
Despesas Financeiras	Receitas Financeiras	8.158

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2014, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de

resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Mercado Interno	Exportação	Total	Mercado Interno	Exportação	Total
Receita bruta de produtos e serviços	154.056	46.074	200.130	136.051	110.384	246.435
(-) Impostos	(10.017)	-	(10.017)	(12.986)	-	(12.986)
(-) Devoluções	(1.342)	(1.601)	(2.943)	(1.194)	(7.159)	(8.353)
Receita líquida de produtos e serviços	142.697	44.473	187.170	121.871	103.225	225.096

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	-	-	4	7
Bancos - conta corrente	1	1	274	470
Total	1	1	278	477

NOTA 05 - CLIENTES – CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Mercado interno	15.244	6.379
Mercado externo	3.973	17.684
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(522)	(210)
Subtotal	18.695	23.853
(-) Faturamentos antecipados	(1.011)	(1.999)
(-) Adiantamentos de clientes	(4.012)	(4.140)
(-) Títulos descontados	-	(1.416)
Clientes a receber, líquido	13.672	16.298

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de faturamento antecipado e títulos descontados foram

reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 – ESTOQUES - CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Produtos prontos	347	1.201
Produtos em elaboração	14	1.525
Matérias Primas	952	922
Materiais de embalagem	653	921
Materiais de manutenção	1.221	990
Subtotal	3.187	5.559
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	628	1.808
Total	3.815	7.367

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR – CONSOLIDADO

Circulante	31/12/2014	31/12/2013
IRRF a recuperar	-	2
IRPJ a recuperar	656	602
CSLL a recuperar	237	218
PIS e COFINS a recuperar	302	832
ICMS a recuperar	3.844	5.204
ICMS a recuperar - Imobilizado	108	1.496
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	10
Total	5.147	8.364

Não Circulante	Ref.	31/12/2014	31/12/2013
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	33.617	13.076
IRPJ Diferido	b)	-	1.982
CSLL Diferido	b)	-	713
ICMS a Recuperar - Imobilizado		40	166
Total		33.657	15.937

a) Crédito Prêmio IPI – Controlada Indireta

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, cujo detalhamento está na Nota Explicativa nº 17.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido – Controlada Indireta

Conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta reverteu os valores referentes a tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte “B” dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

a) Participações Societárias - Individual

Em 31/12/2014 a Companhia é controladora direta das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,99%	99,99%	
Saldo do investimento em 31/12/2013	-	-	-
- Reversão Provisão para Perdas	(186.800)	(67.615)	(254.415)
+/- Equivalência Patrimonial	(1.971)	(696)	(2.667)
+ Partic. Reflexa em Avaliação de Prop. p/Investimento de Controlada	6.158	2.237	8.395
+ Provisão para Perdas	(182.613)	(66.073)	(248.686)
Saldo do investimento em 31/12/2014	-	-	-

b) Propriedades para investimento - Consolidado

Grupos	31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	6.640	-	6.640
Prédios	17.660	(7.136)	10.524
Total	24.300	(7.136)	17.164

Conforme as Deliberações CVM nº 584/09 e 619/09, a controlada indireta efetuou a valorização de suas propriedades para investimento, tendo por base a avaliação de avaliador independente, cujos efeitos foram os seguintes:

Grupos	Valor		
	Residual	Laudo	Variação
Terrenos	4.943	6.497	1.554
Prédios	3.852	9.910	6.058
Total	8.795	16.407	7.612

A movimentação das propriedades para investimento está demonstrada na nota explicativa do imobilizado e intangível.

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.695	-	16.695	21.638
Prédios	2,50%	72.570	(16.874)	55.696	58.471
Máquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	50.848	(22.154)	28.694	30.334
Móveis e utensílios	8,33%	3.845	(1.638)	2.207	2.527
Computadores e periféricos	33,33%	615	(465)	150	160
Veículos	20,00%	631	(402)	229	304
Imobilizações em andamento	-	603	-	603	3.379
Outros	-	13	(9)	4	5
Subtotal imobilizado		145.820	(41.542)	104.278	116.818
Intangível		323	(124)	199	177
Total		146.143	(41.666)	104.477	116.995

A movimentação dos ativos propriedade para investimentos, imobilizado e intangível apresentam-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em
	31/12/2013					31/12/2014
Terrenos	21.638	-	-	(4.943)	-	16.695
Prédios	58.471	1.271	-	(1.953)	(2.093)	55.696
Máquinas e equipamentos	30.334	2.126	(525)	987	(4.228)	28.694
Móveis e utensílios	2.527	338	(87)	(36)	(535)	2.207
Computadores e periféricos	160	70	(2)	3	(81)	150
Veículos	304	108	(58)	(5)	(120)	229
Imobilizações em andamento	3.379	277	(35)	(3.018)	-	603
Outros	5	-	(1)	1	(1)	4
Subtotal imobilizado	116.818	4.190	(708)	(8.964)	(7.058)	104.278
Intangível	177	28	-	-	(6)	199
Subtotal intangível	177	28	-	-	(6)	199
Propriedade para Investimento	-	8.404	-	8.964	(204)	17.164
Subtotal Prop. para Investimento	-	8.404	-	8.964	(204)	17.164
Total	116.995	12.622	(708)	-	(7.268)	121.641

A depreciação/amortização foi distribuída nas seguintes contas:

	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos e serviços vendidos	6.968	6.640
Despesas administrativas	242	239
Despesas com vendas	6	12
Total	7.216	6.891

Ao final do período há um total de R\$ 56, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	56

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2014	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jan a Mai/15	3.092	-
Acordos Bancários	b)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	342	3.076
Arrendamento Mercantil		-	-	10	26
Banrisul - Consórcio		-	-	64	319
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	jun/16	2.541	6.351
Limites de Crédito		-	-	111	-
Totais				6.160	9.772

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2013	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jan/14 a jun/14	3.756	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17% a.a.	dez/14	3.570	-
Bic Banco - Giro		-	jan/14	43	-
Acordos Bancários	b)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	427	3.848
Arrendamento Mercantil		-	-	10	36
Banrisul - Consórcio		-	-	15	15
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	2.189	5.472
Limites de Crédito		-	-	599	-
Totais				10.609	9.371

Legenda:

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.
- c) A operação Badesul S/A - Reaver possui garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

NOTA 11 - FORNECEDORES – CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores Nacionais	6.064	15.165
(-) AVP - Fornecedores	(16)	(18)
Total	6.048	15.147

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, através do arbitramento de uma taxa média de 0,72% ao mês para os períodos acima demonstrados.

NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de férias	-	-	6.133	6.013
Salários / Pró-labore a pagar	174	282	1.935	3.206
Rescisões a pagar	-	-	11	5
Outras obrigações a pagar	-	-	862	1.184
Total	174	282	8.941	10.408

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Circulante – Controladora

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos retidos sobre serviços	-	327
IRRF a recolher	-	276
IRPJ/CSLL a recolher	3	-
FGTS a recolher	29	28
INSS a recolher	3	41
Subtotal	35	672
Parcelamento Lei 11.941/2009	141	141
INSS	-	84
Parcelamento Lei 12.996/14	18	-
Subtotal	159	225
Total	194	897

b) Circulante – Consolidado

	Ref.	31/12/2014	31/12/2013
ICMS a recolher		1.672	1.689
Impostos retidos sobre serviços		1.096	1.136
IRRF a recolher		3.723	515
IRPJ/CSLL a Recolher		99.149	958
FGTS a recolher		488	436
INSS a recolher		147.111	29.388
PIS e COFINS a recolher		34.359	2.132
Funrural a recolher		79	82
Outros Impostos a Recolher		659	-

Outras contribuições s/ folha de pagamento		1.123	1.049
Subtotal		289.459	37.385
Parcelamento Lei 11.941/2009	i)	141	262.548
Parcelamento Lei 12.996/2014		1.220	-
ICMS – RS		30	30
ICMS - SP		563	517
ICMS – SC		1.103	1.009
FGTS		758	1.024
SESI/SENAI		393	363
IPTU		12	20
INSS		278	764
Subtotal		4.498	266.275
Total		293.957	303.660

- i) Em virtude da exclusão, da controlada indireta, do parcelamento da Lei 11.941/2009, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, em 2014 a controlada efetuou a reclassificação dos débitos excluídos para as contas contábeis de origem dos respectivos tributos.

c) Não Circulante – Controladora

	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento Lei 11.941/2009	213	328
INSS	-	121
Parcelamento Lei 12.996/14	241	-
Total	454	449

d) Não Circulante – Consolidado

	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento Lei 11.941/2009 – Controladora	213	328
Parcelamento Lei 12.996/14	16.977	-
ICMS – RS	58	83
ICMS - SP	1.678	1.929
ICMS – SC	3.080	3.813
FGTS	7.322	7.530
SESI/SENAI	786	1.076
INSS	-	755
Total	30.114	15.514

NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334	13.830	14.560
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120	4.979	5.241
Total	454	454	18.809	19.801

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, de suas controladas diretas e de sua controlada indireta foram fixadas em AGO's realizadas em 11 de abril de 2014 da seguinte forma: a) Minupar – em até R\$ 700 mil; b) Sulaves – em até R\$ 500; c) Valepar – em até R\$ 500, e; d) Minuano – em até R\$ 900 mil. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante 2014.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	148	148
Diretoria Executiva	19	365

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Circulante	31/12/2014	31/12/2013
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	-	16.189
Le Monde Particip. e Adm. Ltda	-	3
Subtotal	-	16.192
Ativo Não Circulante		
Agostinho Carrer Partic. Ltda	12.405	11.608
SSJ Participações e Represent. Ltda	-	243
Acionistas e Outros	359	324
Subtotal	12.764	12.175
Total	12.764	28.367

Passivo Não Circulante	31/12/2014	31/12/2013
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	-	16.267
Le Monde Particip e Adm Ltda	-	170
SSJ Participações e Represent. Ltda	-	1.695
Serra do Roncador Part. Ltda	28.387	27.014
Acionistas e Outros	9.622	7.758
Total	38.009	52.904

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a

opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

Saldo em	Provisão para Contingencia				Depósitos Judiciais			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2013	1.907	5.739	281	7.927	2.135	310	1	2.446
Movimentação (Adições-Baixas)	2.172	10.761	-	12.933	1.183	(293)	-	890
31/12/2014	4.079	16.500	281	20.860	3.318	17	1	3.336

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na Companhia e em suas controladas totalizam R\$ 95.556 mil (R\$ 239.929 mil em 31/12/2013), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 33.617 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, consequentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

NOTA 18 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/09 e nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/09 e 12.996/14, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na Lei nº 13.043/14. Com a adesão à MP 470/09 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao Crédito Prêmio IPI – Exportação.

a) Medida Provisória nº 470/09

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/09	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	-

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 31.072 mil. O referido montante está incluso no montante de causas possíveis quantificados e apresentado na Nota Explicativa nº 16.

b) Lei nº 11.941/09

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia teve a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.

c) Lei nº 12.996/14

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei nº 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	497	76.297	76.794
(-) Reduções da Lei 12.996/2014	(138)	(23.310)	(23.448)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(91)	(25.087)	(25.178)
(=) Total líquido do passivo tributário aderido	268	27.900	28.168

d) Lei nº 13.043/14

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/14, convertida na Lei nº 13.043/14.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	152	507	659
(-) Pagamentos da Lei 13.043/14	(46)	(152)	(198)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(106)	(355)	(461)
(=) Total	-	-	-

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 710.010.000 (setecentos e dez milhões, e dez mil) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorridas nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Incêndio, Raio e Explosão	39.601	38.800
Tumultos, Greves e Lock-Out	3.000	-
Vendaval e Granizo	8.100	7.050
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	6.800	11.300
Alagamentos e Inundação	1.200	-
Lucros Cessantes	6.000	6.600
Estoques	1.000	1.000

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 24% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

	31/12/2014		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	37.165	2	-
Materiais de embalagem	6.388	-	-
Salários incorridos	43.069	649	3.281
Encargos sociais incorridos	10.566	152	709
Férias e 13º salário incorridos	4.830	86	247
Benefícios a empregados	9.373	87	255
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	1.161	-	70

Equipamento de proteção individual	1.162	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	7.486	681	1.466
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.371	28	46
Energia elétrica	9.070	-	50
Materiais de limpeza	303	-	19
Telefonia e transmissão de dados	97	106	77
Combustíveis e lubrificantes	2.161	105	25
Comissões sobre vendas	-	326	-
Viagens e estadias	32	29	97
Taxas e encargos legais	237	12	53
Armazenagem e movimentação de mercadorias	8	168	-
Fretes rodoviários e marítimos	268	4.611	13
Custos aduaneiros de exportação	1	1.648	-
Publicidade e propaganda	4	501	120
Análises laboratoriais	610	79	-
Provisões para contingencias/PCLD	-	311	-
Depreciações	6.968	6	242
Locações/Aluguéis	785	-	22
Abatimentos concedidos sobre vendas	4	147	-
Seguros	265	4	61
Outros gastos	475	49	659
Total	146.859	9.787	7.512

	31/12/2013		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	77.018	1	-
Materiais de embalagem	9.938	-	-
Salários incorridos	39.957	686	3.290
Encargos sociais incorridos	9.341	189	588
Férias e 13º salário incorrido	4.568	76	302
Benefícios a empregados	8.460	87	220
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	1.182	16	-
Equipamento de proteção individual	1.037	1	1
Serviços 3º/ Industrialização 3º	5.959	805	1.291
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.269	22	28
Energia elétrica	7.836	-	55
Materiais de limpeza	307	4	39
Telefonia e transmissão de dados	116	112	95
Combustíveis e lubrificantes	2.082	77	59
Comissões sobre vendas	-	605	7
Viagens e estadias	71	54	58
Taxas e encargos legais	268	53	46
Armazenagem e movimentação de mercadorias	29	2.520	-
Fretes rodoviários e marítimos	2.248	11.375	27
Custos aduaneiros de exportação	8	3.239	-
Publicidade e propaganda	2	240	57
Análises laboratoriais	728	-	-

Depreciações	6.640	12	239
Locações/Aluguéis	542	1	21
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	20	-
Seguros	308	1	155
Outros gastos	328	58	1.248
Total	183.242	20.254	7.826

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Encargos incorridos em passivos fiscais	(4.481)	(1.140)
Despesas gerais incorridas	(9.371)	(5.702)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(447)	(40)
Provisão para contingências	(12.974)	0
Reversão de Créditos Tributários	(430)	(87)
Encargos Parcelamento FGTS	(496)	(723)
Outras Despesas Operacionais	(28.199)	(7.692)
Créditos tributários	2.863	1.184
Receitas gerais auferidas	3.511	1.539
Receita de venda de imobilizado	640	53
Recuperação de Despesa	65	45
Benefício Tributário Lei 12.996/2014	32.420	-
Outras Receitas Operacionais	39.499	2.821
Resultado líquido	11.300	(4.871)

NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Variações cambiais ativas	507	816
Descontos financeiros obtidos	300	445
Juros ativos sobre impostos	4.056	570
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	709	756
Outras receitas financeiras	63	5
Receitas financeiras	5.635	2.592
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.115)	(2.331)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(846)	(2.972)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(11.407)	(13.442)
Descontos financeiros concedidos	(684)	(1.551)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(7.622)	(6.008)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(15.086)	(4.148)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(1.260)	(2.831)

Outras despesas financeiras	(348)	(731)
Despesas Financeiras	(39.368)	(34.014)
Resultado financeiro líquido	(33.733)	(31.422)

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a)** Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b)** Frigorífico – Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, em milhares de reais, acumulado no período.

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

Quantidade de Ações em 31/12/2014	710.010
Resultado do exercício	(2.155)
Resultado por ação básico e diluído	(0,00303)

Conselho de Administração:	Marcelo Tozzo Alfredo	Presidente
	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Vice-Presidente
	Chao En Ming	Conselheiro
	Cynthia Cristina da Silva Vello	Conselheira
	Welinton dos Reis Balderrama	Conselheiro
Diretoria Executiva:	Marcelo Tozzo Alfredo	Diretor Presidente
	Daniel Heberle	Diretor de Relações com Investidores
Controladoria:	Marcos Antônio Costa de Almeida	Gerente de Controladoria
		Contador
		CRC/RS 068539/O-0